

PARECER DE PLENÁRIO

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 17, DE 2024 (APENSADOS: PRC 18/2024, 21/2024 E 22/2024)

Institui, no âmbito da Câmara dos Deputados, a Comenda Amália Barros, destinada a homenagear profissionais, trabalhos, projetos e iniciativas voltadas às Pessoas com Deficiência.

Autor: Deputado ABILIO BRUNINI

Relatora: Deputada GISELA SIMONA

I - RELATÓRIO

Trata-se do Projeto de Resolução n.º 17, de 2024, de autoria do ilustre Deputado Abilio Brunini, que institui a Comenda Amália Barros no âmbito da Câmara dos Deputados. A proposição tem como objetivo homenagear profissionais, trabalhos, projetos e iniciativas voltadas às pessoas com deficiência, especialmente aquelas com visão monocular, representando um reconhecimento significativo às contribuições notáveis na área da deficiência física e sensorial.

A Comenda Amália Barros será entregue anualmente por decisão da Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência da Câmara dos Deputados a até três indivíduos que tenham se destacado em trabalhos relevantes para a comunidade de pessoas com deficiência. O projeto também estabelece que a indicação dos homenageados será realizada por qualquer deputado, acompanhada de justificativa circunstanciada que destaque os méritos da iniciativa indicada.

Ao Projeto principal, foram apensados os seguintes Projetos de Resolução:



- Projeto de Resolução n.º 18, de 2024, de autoria do ilustre Deputado Marcelo Álvaro Antônio, que “Cria a Comenda Deputada Amália Barros”;
- Projeto de Resolução n.º 21, de 2024, de autoria dos ilustres Deputados Altineu Côrtes e Antonio Brito, que “Altera a Resolução nº 10, de 2015, que institui o Prêmio Brasil Mais Inclusão”;
- Projeto de Resolução n.º 22, de 2024, de autoria das ilustres Deputadas Silvia Waiãpi e Coronel Fernanda, que “Altera a Resolução nº 10, de 2015, que institui o Prêmio Brasil Mais Inclusão, renomeando para "Prêmio Mais Inclusão Amália Barros" em homenagem à Deputada Federal Amália Barros, pelo seu destacado trabalho e dedicação à causa da inclusão de pessoas com deficiência”.

Em 15/05/2024, foi aprovado requerimento de urgência, estando a matéria pronta para deliberação em Plenário.

É o relatório.

II - VOTO DA RELATORA

Este projeto visa não apenas reconhecer o trabalho e esforços individuais neste campo tão importante, mas também perpetuar a memória e o legado da Deputada Amália Barros, que se dedicou fervorosamente à causa das pessoas com deficiência durante sua atuação nesta Casa.

Chega a este Plenário os Projetos de Resolução n.ºs 17, 18, 21 e 22, todos de 2024, que ora, criam uma comenda em homenagem à Deputada Federal Amália Barros *in memoriam*, ora propõem a alteração da Resolução n.º 10, de 2015, que institui o Prêmio Brasil Mais Inclusão, de modo a renomear este prêmio como “Prêmio Brasil Mais Inclusão Deputada Amália Barros”.



Consideramos a matéria extremamente oportuna e meritória.

Amália Barros exerceu seu primeiro mandato eletivo como deputada federal por Mato Grosso, eleita com mais de 70 mil votos. Sua história de vida inspirou a Lei 14.126/2021 que classifica a visão monocular como deficiência sensorial, legislação que ficou conhecida como Lei Amália Barros. Sua luta assegurou às pessoas com visão monocular os mesmos direitos e benefícios previstos na legislação para pessoas com deficiência.

Após perder um rim e um olho, a jornalista Amália Barros abriu um instituto social, ajudou milhares de pessoas, deu nome à lei e lançou o livro "Se Enxerga", no qual conta sua emocionante trajetória e revelando que dormiu enxergando e acordou cega, literalmente, por conta de uma infecção chamada toxoplasmose. Aos 20 anos, ela perdeu a visão do olho esquerdo e, depois de 12 cirurgias, passou a usar prótese. Amália também enfrentou a retirada de um rim.

Em 2016, precisou retirar o globo ocular e colocar prótese. Em 2021, fundou o Instituto Amália Barros para a realização de campanhas de doação de prótese ocular e lente escleral a pessoas carentes, além de prestar informação e assistência aos monolares. O Instituto já atendeu e devolveu a autoestima para mais de 95 pessoas de todas as regiões do Brasil.

Por toda a sua história de luta em prol dos direitos das pessoas com deficiência, consideramos mais do que justa a homenagem à nossa querida Amália Barros, de modo a cada vez mais difundir a luta pela inclusão e maior visibilidade aos mais de 18,6 milhões de brasileiros com deficiência e que ainda são invisibilizados em suas lutas pela garantia de direitos.

Por fim, consideramos que a melhor técnica legislativa nos orienta no sentido de alterar a Resolução da Câmara dos Deputados n. 10, de 2015, que institui o Prêmio Brasil Mais Inclusão, a fim de renomeá-lo como "Prêmio Brasil Mais Inclusão Deputada Amália Barros".

Ante o exposto, pela Mesa Diretora, nosso voto é pela aprovação dos Projetos de Resolução n.ºs 17, 18, 21 e 22, todos de 2024, na forma do substitutivo em anexo.



Pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, nosso voto é pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa da matéria.

Sala das Sessões, em de de 2024.

Deputada GISELA SIMONA
Relatora



MESA DIRETORA**SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 17, DE 2024
(APENSADOS: PRC 18/2024, 21/2024 E 22/2024)**

Altera a Resolução nº 10, de 2015, que institui o Prêmio Brasil Mais Inclusão, para renomeá-lo como “Prêmio Mais Inclusão Deputada Amália Barros” em homenagem à Deputada Federal Amália Barros, pelo seu destacado trabalho e dedicação à causa da inclusão de pessoas com deficiência.

A Câmara dos Deputados resolve:

Art. 1º A Resolução da Câmara dos Deputados n.º 10, de 2015, que institui o Prêmio Brasil Mais Inclusão, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Institui o Prêmio Brasil Mais Inclusão Deputada Amália Barros.

Art. 1º Fica instituído o Prêmio Brasil Mais Inclusão Deputada Amália Barros, a ser concedido, anualmente, pela Câmara dos Deputados a empresas públicas ou privadas, entes federados (União, Estados e Municípios) e personalidades, que tenham realizado trabalhos ou ações que mereçam especial destaque na inclusão de pessoas com deficiência, ressaltando os valores básicos da igualdade de tratamento e oportunidade, da justiça social, do respeito à dignidade da pessoa humana, do bem-estar e de outros indicados na Constituição Federal ou justificados pelos princípios gerais de direito, em especial, aqueles que valorizam a pessoa com deficiência no que diz respeito ao emprego, ao trabalho e à renda.

.....



Art. 2º O Prêmio Brasil Mais Inclusão Deputada Amália Barros consistirá na concessão anual de diploma de menção honrosa a, no máximo, dez agraciados, o qual terá sua forma e especificações definidas posteriormente pela Segunda-Secretaria da Câmara dos Deputados, sendo cinco, obrigatoriamente, entregues para categoria empresas públicas ou privadas e os demais distribuídos entre as categorias personalidades e entes federados.

.....

Art.

3º

.....

§ 3º Cada Deputado Federal e cada Senador poderá indicar, no máximo, um concorrente ao Prêmio Brasil Mais Inclusão Deputada Amália Barros, independentemente da categoria.

Art. 4º A análise dos trabalhos e das ações dos indicados bem como a concessão do Prêmio Brasil Mais Inclusão Deputada Amália Barros serão realizadas por um Conselho Deliberativo com a seguinte composição:

.....

Art. 7º Não será concedido o Prêmio Brasil Mais Inclusão Deputada Amália Barros à pessoa jurídica de direito público ou privado que se encontre inserida no Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP ou no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, conforme estabelecido na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013 - Lei Anticorrupção, bem como à que se encontre impossibilitada de celebrar convênios ou contratos de repasse por meio do Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse - SICONV.

Art. 8º Não será concedido o Prêmio Brasil Mais Inclusão Deputada Amália Barros à pessoa física que se encontre enquadrada no que estabelece as Leis Complementares nºs 64, de 18 de maio de 1990 - Lei da Ficha Limpa, e 101, de 4 de maio de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal, bem como a Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992 - Lei da Improbidade Administrativa.



Art. 9º É vedada a indicação para o Prêmio Brasil Mais Inclusão Deputada Amália Barros de:

.....

Art. 10. A Segunda-Secretaria poderá expedir instruções complementares necessárias para a concessão do Prêmio Brasil Mais Inclusão Deputada Amália Barros.

.....

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em de de 2024.

Deputada GISELA SIMONA
Relatora

